

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História

Bárbara Pacheco de Almeida

**As raízes coloniais e o futuro do Brasil segundo Heinrich Gottfried
Handelmann**

Brasília
2015

Bárbara Pacheco de Almeida

**As raízes coloniais e o futuro do Brasil segundo Heinrich Gottfried
Handelmann**

Monografia apresentada ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito para obtenção do grau de licenciada em História, sob a orientação do Professor Doutor Arthur Alfaix Assis.

Brasília

2015

RESUMO

Este trabalho analisa a interpretação elaborada pelo historiador alemão Heinrich Gottfried Handelmann (1827-1891) acerca do desenvolvimento histórico brasileiro, desde a época em que a nacionalidade portuguesa manteve o monopólio do território brasileiro até o momento em que este país se torna um império independente, período sobre o qual versa a sua *História do Brasil*. Dividida em dois tomos, esse livro surgiu no âmbito de um grande projeto intitulado *História da Colonização e Independência da América*. Publicada pela primeira vez em 1860, pela editora Springer, de Berlim, a *História do Brasil* de Handelmann somente seria vertida para a língua portuguesa em 1931, como parte do tomo 108 da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Objetiva-se, inicialmente, apresentar o projeto elaborado por Handelmann intitulado *História da colonização e independência da América*, em que se insere *História do Brasil*, bem como a formação acadêmica deste historiador. Tais temas possibilitará examinar com mais clareza a segunda finalidade deste trabalho, qual seja: analisar como o pensamento histórico alemão produzido no século XIX se fez presente no modo como Handelmann voltou seu olhar sobre o passado brasileiro. Pretende-se, ademais, esmiuçar sobre a relação entre o geral e o particular na representação dos acontecimentos do início da colonização até meados do século XIX, enfatizando, nesse contexto, a influência exercida pelo naturalista bávaro Karl Friedrich Philipp von Martius sobre a *História do Brasil*. Por fim, buscará apresentar os interesses que levaram esse historiador alemão a pesquisar e escrever sobre um país do qual nunca teve conhecimento direto, além de assinalar os aspectos teleológicos de sua interpretação histórica.

Ao analisar o panorama historiográfico que Handelmann presenciou no século XIX na Alemanha tornará possível identificar não só a influência de Ranke, Wappäus e Gervinus sobre o modo como ele escreveu e organizou a sua *História do Brasil*, mas também a atitude historicista alemã ao destacar as singularidades do território brasileiro e ao direcionar seu olhar para o passado do Brasil com o propósito de compreender o presente deste país. Ademais, ao observar que Handelmann descreve as particularidades das diversas províncias, enfatiza a história regional e visa o desfecho dessa nação inserida na história de uma federação de províncias, inferirá que o historiador alemão seguiu uma das “ideias gerais” propostas por Martius ao se pensar uma história nacional

no Brasil na sua dissertação intitulada *Como se deve escrever a história do Brasil* (1845). Conquanto não conhecesse diretamente o Brasil, analisará que não foi sem propósito o fato de Handelmann ter debruçado a pesquisar sobre um país ao qual se dirigia muitos imigrantes alemães; que fora objeto de numerosos escritos; e, que possuiu o desenvolvimento político, no qual se estabeleceu a monarquia federativa. Por fim, concluirá que Handelmann analisa a história da nação brasileira como um processo teleológico, no qual o curso da colonização determinou a conjuntura atual deste país.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
Capítulo 1: Uma perspectiva alemã sobre a história da América.....	10
1.1 <i>A História do Brasil</i> no contexto da <i>História da colonização e independência da América.....</i>	10
1.2 Handelmann e o panorama historiográfico alemão.....	11
Capítulo 2: Escrevendo a história Brasil.....	14
2.1 <i>A História do Brasil</i> em linhas gerais e a perspectiva historicista de Handelmann.....	14
2.2 A influência de Martius.....	17
Capítulo 3: O sentido da história.....	21
3.1 Os porquês da escolha de um país desconhecido.....	21
3.2 As raízes coloniais e o futuro do Brasil.....	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	30

INTRODUÇÃO

A história do Brasil há muito suscita o interesse de autores alemães. Prova disso se encontra, a título de ilustração, na obra de Oscar Canstatt intitulada *Repertório crítico da literatura teuto-brasileira* (1967), que compreende uma extensa bibliografia alemã-brasileira. Canstatt observou a relevância dos estudos produzidos em língua alemã para se compreender a história, listando títulos importantes, tais como: *Duas viagens ao Brasil* (1557), de Hans Staden; *Descrição de viagens ao Brasil e às Índias Ocidentais* (1677), de autoria de Ambrosio Richshoffer; *O Brasil descrito, histórica, mercantil e politicamente como império independente* (1824), escrito por Georg Anton von Schäffer; *Que esperanças aguardam os alemães no Brasil* (1825), de J. J. Kühl; *Situação do Brasil* (1839), de F. Tietz; *O Amazonas e seus afluentes*, escrito por Jäger (1839); *Viagem do Príncipe Adalberto da Prússia ao Brasil* (1842), de Hermann Kletke; *Traços característicos de uma emigração regulamentada dos alemães, com referencia especial ao Sul do Brasil* (1842), de autoria de F. Schmidt; *A colônia alemã de Dona Francisca, na província de Santa Catarina, no Sul do Brasil* (1852) escrito por R. J. Miltenberg; *Como se deve escrever a história do Brasil* (1844), escrito por Karl Friedrich Philipp von Martius; e *História do Brasil* (1860), de autoria de Heinrich Gottfried Handelmann.

No âmbito dos estudos históricos, competiu a este último o papel de ter sido um dos primeiros a utilizar como referência para escrever sua obra sobre o Brasil os relatos dos naturalistas acerca das experiências obtidas nesse país. Desse modo, Handelmann ocupa, nas palavras de Canstatt, “um lugar de honra na literatura alemã-brasileira”¹.

A obra de Handelmann é vasta e divide-se em três eixos temáticos. Compreende estudos sobre a história das Américas, textos acerca da pré-história, arqueologia e folclore dos ducados de Schleswig e Holstein, além de textos escritos a propósito do conflito dano-prussiano em torno desses ducados. No que tange à primeira fase, sobre a qual versa o presente trabalho, é importante assinalar que nos anos que se estenderam de 1856 a 1860, Handelmann desenvolveu estudos sobre assuntos americanos no âmbito de um grande projeto intitulado *História da Colonização e Independência da América*.

¹ CANSTATT, Oscar. **Repertório crítico da literatura teuto-brasileira**. Rio de Janeiro: Presença, 1967, p. 95.

Deste projeto surgiram três livros, quais sejam: *História dos Estados Unidos* (1856), *História do Haiti* (1860) e *História do Brasil* (1860)².

A presente investigação limitar-se-á a esta última obra, em que Handelmann abordou o desenvolvimento histórico brasileiro, desde o início da colonização até meados do século XIX³. Perguntar-se-á aqui pelos interesses que levaram este historiador alemão a pesquisar e escrever sobre um país do qual nunca teve conhecimento direto, bem como pela relação entre a historiografia brasileira e o pensamento histórico alemão produzido no século XIX, especificamente aquele da chamada “escola prussiana”. O trabalho orienta-se pelas seguintes perguntas: teria Handelmann se baseado numa concepção teleológica do curso dos acontecimentos? Seria ele adepto de uma visão generalista de história? Ou teria ele preferido concentrar-se nas singularidades dos acontecimentos do período que vai do início da colonização à independência do Brasil?

Com a finalidade de abordar os itens propostos acima, a pesquisa debruçou-se sobre os dois volumes da *História do Brasil* de Handelmann, assim como sobre escritos da mesma época que fazem referência ao passado brasileiro, tais como a obra de Martius intitulada *Como se deve escrever a história do Brasil* (1945) e o livro de Caio Prado Júnior *História econômica do Brasil* (1981).

O livro *História do Brasil*, que em 2010 comemorou os 150 anos da sua primeira publicação, pela editora Springer, de Berlim, expressa um motivo recorrente na historiografia sobre o Brasil século XIX, a saber, o de que era preciso estudar o Brasil como forma de torná-lo conhecido para dentro e para fora⁴. Ainda assim, o livro de Handelmann não teve grande repercussão ao longo das primeiras décadas que se seguiram à sua publicação – o que obviamente se deve ao fato de a língua alemã ter

² EBERHARD, Renata. Pistilli. 150 anos da História do Brasil de Heinrich Gottfried Handelmann - algumas considerações sobre o autor e sua obra. **Jahrbuch - Institut Martius-Staden**, 2011. v. 58, 2011, p. 81-84.

³ HANDELMANN, Gottfried Heinrich. **História do Brasil**, v. 1. Tradução brasileira do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; introdução e notas de Odilon Nogueira de Matos; notas de Basílio Magalhães. 2. Ed. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1978. HANDELMANN, Gottfried Heinrich. **História do Brasil**, v. 2. Tradução Lúcia Furquim Lahmeyer; revisão Bertoldo Klinger; anotada por Basílio Magalhães e Odilon Nogueira de Matos; introdução Odilon Nogueira de Matos. 4ª. Ed., -Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1982. Cumpre ressaltar que para a referência à obra de Handelmann ao longo do trabalho será utilizada, no corpo do texto, a sigla H1 para o primeiro tomo de História do Brasil e H2 para se referir ao segundo tomo, ambos publicados em 1982.

⁴ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Entre as luzes e o Romantismo: as tensões da escrita da história no Brasil oitocentista. In: GUIMARÃES, M. L. S. (org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, p. 71.

sido, nessa época, pouco difundida no país⁵. Nesse contexto, vale destacar a perspectiva de João Ribeiro sobre a *História do Brasil*, segundo quem “apenas uns raríssimos punham os olhos no seu trabalho, afortunados conhecedores do idioma alemão e que, nalguns casos, souberam aproveitar as lições do insigne teuto embora certos se esqueceram de mencioná-lo como deviam”⁶. A versão em língua portuguesa do texto seria publicada apenas em 1931, como parte do tomo 108 da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB). Embora se tenha esperado muito tempo por uma tradução completa, a *História do Brasil* de Handelmann foi, em 1973, descrita por Nelson Werneck Sodré como uma obra inovadora, sobretudo em razão de relacionar as causas e efeitos dos fatos passados, além de abordar os aspectos sociais e apresentar uma análise dos fatos desenvolvidos no Brasil⁷.

Isto posto, e ainda considerando a ênfase dada à história regional, bem como a reflexão extensa realizada acerca da emigração europeia, meio a partir do qual se tornaria possível acabar com o trabalho escravo no Brasil, a obra histórica de Handelmann é vista por Oscar Canstatt, José Honório Rodrigues e por Nelson Werneck Sodré como uma das principais sugestões de leitura referente ao passado brasileiro desde a colonização até meados do século XIX⁸. Conquanto sucintas, as opiniões desses autores conferem informações relevantes para uma interpretação mais minuciosa sobre a *História do Brasil*, tal como aqui se propõe fazer.

Com exceção do artigo “150 anos da História do Brasil de Heinrich Gottfried Handelmann – algumas considerações sobre o autor e sua obra” em que a historiadora brasileira Renata Pistilli Eberhard apresenta, tal como sugere o título, uma síntese da interpretação da obra de Handelmann e uma discussão sobre como a ciência histórica alemã repercutiu no modo como ele voltou seu olhar para o passado brasileiro, escassos são os estudos que se dedicam a uma análise pormenorizada da obra⁹.

Em vista disso, a presente pesquisa objetiva evidenciar a importância da narrativa histórica de Handelmann, considerada pelo historiador Ulrich Muhlack como

⁵ MATOS, Odilon Nogueira de. Introdução. In: In: HANDELMANN, G. H. *História do Brasil*. 4ª. Ed.,- Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1982, p. 11.

⁶ RIBEIRO, João. Bilhetes do Rio – O grande Handelmann. *A Gazeta*, São Paulo, 15 fev., 1950.

⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. **O que se deve ler para conhecer o Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973, p. 221.

⁸ CANSTATT, Oscar. **Repertório crítico da literatura teuto-brasileira**, op. cit., p. 95; RODRIGUES, José Honório. Introdução a Martius. **Revista de História de América**, n. 42, 1956, p. 433-441; SODRÉ, Nelson Werneck. **O que se deve ler para conhecer o Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973, p. 221.

⁹ EBERHARD, Renata Pistilli Eberhard. 150 anos da História do Brasil, op. cit., p. 81-102.

uma das obras responsáveis por apresentar a ciência histórica alemã¹⁰ aos historiadores brasileiros¹¹. Na tentativa de analisar os aspectos gerais da interpretação do passado brasileiro desenvolvido por Handelman em seus dois tomos, buscar-se-á examinar a presença do pensamento histórico alemão no modo como este historiador pensou e escreveu sobre o Brasil.

Discussões referentes à relação de Handelman com o historicismo alemão serão perceptíveis principalmente ao longo dos dois últimos capítulos, dos três que estruturam este trabalho.

Antes de tratar deste tema, todavia, será necessário apresentar, no primeiro capítulo, “Uma perspectiva alemã sobre a história da América”, de forma mais minuciosa o grande e jamais concluído projeto de pesquisa sobre a história do continente americano, dentro do qual se insere a *História do Brasil* de Handelman. Feito isso será traçada uma breve biografia do historiador alemão, em que se procurará mostrar como o panorama historiográfico presenciado por Handelman no século XIX se fez presente sobre o modo como ele escreveu e organizou a história do passado brasileiro.

Complementando o primeiro capítulo, o segundo capítulo, intitulado “A *História do Brasil* de Handelman”, apresentará em maior detalhe as linhas gerais da *História do Brasil* e a perspectiva historicista empregada por seu autor, bem como a influência exercida pelo naturalista bávaro Karl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868) sobre a estruturação da obra de Handelman.

Finalmente, no terceiro e último capítulo, “O sentido da história”, serão discutidos os interesses que levaram o historiador alemão a pesquisar e escrever sobre um país do qual nunca teve conhecimento direto; além disso, analisar-se-ão os aspectos teleológicos da interpretação histórica de Handelman.

¹⁰ A ciência histórica alemã refere-se à perspectiva historicista desenvolvida na metade do século XIX, cuja essência consiste em enfatizar as singularidades dos seres humanos, dos produtos sociais e culturas.

¹¹ MUHLACK, Ulrich. Sobre tradição e inovação na ciência histórica alemã. **História da historiografia**, n. 12, 2013, p. 28. Entrevista concedida a Renata Pistilli Eberhard.

Capítulo 1: Uma perspectiva alemã sobre a história da América

1.1 A *História do Brasil* no contexto da *História da colonização e independência da América*

Foi seguindo a linha de interpretação hegeliana, segundo o qual o sentido da história da humanidade se direcionava para a América, que Handelman apresentou interesse em pesquisar sobre o continente americano¹². Para Hegel:

A América é, portanto, a terra do futuro, na qual se revelará, em tempos vindouros, o elemento importante da história universal – talvez a disputa entre a América do Norte e a do Sul. É uma terra de aspirações para todos os que deixam o museu de armas históricas da velha Europa. Menciona-se que Napoleão tenha dito: “Cette vieille Europe m’ennuie” [Esta velha Europa me entedia]. Cabe à América abandonar o solo sobre o qual se tem feito a história universal. O que nela aconteceu até agora nada mais é do que o eco do Velho Mundo, a expressão de uma vida estrangeira¹³.

Ao mesmo tempo em que a Europa oitocentista representa para Hegel o desfecho da história e o fim do velho mundo, a América, paradoxalmente, “fornece a garantia de que a verdadeira história não chegou ao fim”¹⁴. Valendo-se do pensamento hegeliano, Handelman considerou o Novo Mundo, dado o expressivo fluxo migratório da Europa para a América, o palco da nova fase da história da humanidade.

Comparado aos três continentes do chamado Velho Mundo, inesgotável matriz de povos vibrantes de vitalidade, forma vivo contraste, como se sabe, o Novo Mundo, a América; a sua raça autóctone, a raça índia, em geral, mostra pequena capacidade vital, e já se vai extinguindo em muitos lugares; e, assim como no solo da América foi a imigração estrangeira que veio despertar a vida histórica, assim ela fica sendo contínua necessidade para os seus países, a fim de que a vida histórica e o desenvolvimento espiritual e material prossigam sempre, como até aqui (H2, p. 339).

Em relação à obra que aqui será analisada, cumpre ressaltar que Handelman não objetivou, a princípio, elaborar a *História do Brasil* como obra única. Seu propósito consistia, antes, em desenvolver uma exposição histórica sobre a colonização e independência dos países americanos, tendo em vista compreender o estado então atual do continente americano. Nesse sentido, Handelman buscou analisar profundamente o

¹² CORREA, Sílvio Marcus de Souza. Narrativas sobre o Brasil alemão ou a Alemanha brasileira: etnicidade e alteridade por meio da literatura de viagem. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 12, n. 21/22, 2005, p. 248.

¹³ HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Filosofia da história**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2008, p. 79.

¹⁴ INWOOD, Michael. **Dicionário Hegel**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997, p. 7.

curso do desenvolvimento histórico-político e social das sociedades americanas. Em seu prefácio sobre a história da nação brasileira, o historiador alemão ressalta:

Cumpro aqui a promessa, feita a três anos passados, ao traçar o plano da nossa *História da colonização e independência da América*: enfileirar-se a presente *História do Brasil*, imediatamente, como a parte primeira da *História dos Estados Unidos da América do Norte* e a *História da ilha do Haiti* (ambas aparecidas em Kiel no ano de 1856); e, assim, completa-se a série histórica dos três Estados americanos, que denominei *Estados das raças branca e negra* (H1, p. 23).

Do mesmo modo que Handelman não pretendeu escrever sobre a *História do Brasil* como obra independente, o mesmo não fez em relação ao seu projeto inicial acerca da história americana. Seu plano inicial, como bem lembraram os comentadores da edição brasileira do livro, Basílio Magalhães e Odilon Nogueira de Matos, não consistia apenas em elaborar uma narrativa histórica sobre a história dos Estados Unidos, do Haiti e do Brasil.

Com relação à organização externa de sua obra, seu plano inicial era escrever dois volumes, divididos segundo o critério das relações raciais vigentes nos países abrangidos por cada volume. O primeiro, no qual queria voltar-se aos estados em que predominavam as raças negra e branca, deveria abranger a História dos Estados Unidos, a História do Haiti e a História do Brasil. O segundo, no qual intencionava tratar dos estados em que predominavam as raças branca e vermelha, deveria compreender as Histórias do México, da Guatemala, do Chile e dos estados do Prata (H1, p. 91-92).

Tal como salienta o comentário, Handelman agrupa os países americanos segundo as relações raciais e sociais, não fazendo uso, portanto, de critérios relacionados às diferenças culturais, tampouco utiliza critérios linguísticos responsáveis por dividir os países em dois blocos: América Latina, aqueles, cujo idioma deriva do latim, e América Anglo-Saxônica, em que a língua mais falada é o inglês.

Com efeito, a *História Brasil*, ao lado dos escritos publicados sobre os Estados Unidos e sobre o Haiti, enquadra-se no grupo classificado por Handelman como *Estados das Raças Branca e Negra*, sendo que o Brasil, em razão da expressiva presença dos povos indígenas foi considerado também *Estado da raça Vermelha*. (H1, p. 18).

1.2 Handelman e o panorama historiográfico alemão

A análise do panorama historiográfico em que Handelman se formou em meados do século XIX permite identificar a influência que alguns dos mais importantes historiadores e geógrafos históricos da Alemanha oitocentista exerceram no modo como o autor da *História do Brasil* escreveu e organizou a história da nação brasileira.

Handelmann nasceu em agosto de 1827, em Altona, norte da Alemanha, onde em 1841 iniciou seus estudos no colégio *Christianeum*. Estudou nas universidades de Heidelberg, Berlim, Göttingen e Kiel, tendo se doutorado nesta última, onde passaria a ministrar aulas de história contemporânea e colonial, e onde também assumiria, em 1866, a cadeira de professor permanente. Foi na universidade de Berlim que Handelmann presenciou os primeiros seminários realizados por Leopold von Ranke, nos quais se familiarizou com a análise crítica de fontes, método de trabalho que não passou despercebido pelo autor da *História do Brasil*¹⁵. Renata Pistilli Eberhard discute esse aspecto, lembrando que:

[...] basta olhar com atenção, por exemplo, para sua bibliografia, na qual fica claro o que significava o trabalho com o método de análise crítica das fontes. [...] Handelmann não se restringe, ali, a citar as obras utilizadas em seu texto, mas vai além, fazendo, na verdade, uma classificação entre as mais antigas e as mais recentes, informando o leitor sobre o valor de cada uma como fonte fidedigna e ainda sobre eventuais plágios¹⁶.

Foi ainda em Berlim que Handelmann conheceu um dos principais geógrafos da época, Carl Ritter, cujos escritos relacionavam Geografia e História¹⁷. Eis aqui outro ponto que parece ter repercutido no modo com que Handelmann escreveu sua *História do Brasil*, sobretudo, na segunda seção intitulada “A colonização do Brasil”, em que optou pelas descrições histórico-geográficas ao narrar como a colonização brasileira se estendeu até meados do século XVI, e como esta se desenvolveria internamente. Embora a influência de Ritter seja visível na obra de Handelmann, é válido chamar a atenção para o fato de não terem sido apenas os estudos produzidos por este geógrafo os responsáveis por levar o autor de *História do Brasil* a se aproximar do modelo interpretativo que relaciona a história à geografia.

Ao dar continuidade aos seus estudos acadêmicos, Handelmann ingressa em 1851 na universidade de Göttingen, onde atuava um dos seguidores de Carl Ritter, Johann Eduard Wappäus. Este geógrafo e estatístico era um estudioso da geografia das Américas, que costumava enfatizar que o sul deste continente era possivelmente uma região favorável para a imigração alemã¹⁸. Tal tema, posteriormente, seria recorrente na narrativa histórica de Handelmann.

Para além da influência relativa à geografia, faz-se presente ainda na *História do Brasil* a influência exercida pelo historiador e político Georg Gottfried Gervinus.

¹⁵ EBERHARD, Renata Pistilli. 150 anos da História do Brasil, op. cit., p. 87.

¹⁶ Ibid., p. 87.

¹⁷ Ibid., p. 93.

¹⁸ Ibid., p. 93.

Remonta a este último a decisão de Handelman de apresentar como determinantes para a formação do Estado brasileiro a ação da monarquia, bem como a das províncias do Rio de Janeiro, de São Paulo e Minas Gérias, com auxílio e, por vezes, sob a influência da opinião pública¹⁹. Além disso, o diálogo de Handelman com Gervinus incide também sobre um outro aspecto muito importante. Na sua *Introdução à história do século XIX* (1853), Gervinus caracterizara o período em que vivia como aquele no qual os acontecimentos eram impulsionados pelas massas. Seguindo essa linha interpretativa, Handelman em seu ensaio sobre “O desenvolvimento histórico da Europa desde o Congresso de Viena” (1863), assinalou que a época oitocentista era marcada pela quase total inexistência de homens considerados importantes. Isso é explicado por ele com o argumento de que “épocas, nas quais todos os homens podem e devem trabalhar, não seriam propícias à atuação dos grandes homens”²⁰.

Embora Handelman, na esteira de Gervinus, tenha considerado os acontecimentos do século XIX como resultantes das manifestações das massas, o processo histórico do Brasil oitocentista, no que tange essencialmente à formação do Estado, não é por ele determinado como fruto da ação do povo, como pode ser observado abaixo:

A participação do povo na vida do Estado só se podia manifestar de modo extraordinário, por meios fora da lei, rebelando-se contra qualquer medida do governo [...]. De fato, ainda existia um funcionário do povo, que dispunha de alguma influência, o denominado juiz ordinário, leigo, que, além de suas atribuições propriamente judiciais, presidia à câmara e executava as suas decisões; ele era, como o conselho municipal, nomeado por eleição indireta dos cidadãos, porém sob a influência preponderante do governo, e ele se sentia, assim, inteiramente como funcionário deste último; dependente humilde para com os de cima, era não raro tirano para com os de baixo [...]. Mesmo entre os capitães-gerais dignos de respeito, já se tornara pelo menos uma verdade, que, sem um certo despotismo esclarecido, sem o absoluto afastamento de toda influência popular, não se podia governar (H2, p. 171-172; 175).

É observando, portanto, a formação acadêmica de Handelman num passado mais distante em relação à primeira publicação de *História do Brasil* que se torna possível fazer uma correlação entre o momento pelo qual a historiografia passava no século XIX e sua influência na forma como optou por escrever sua narrativa histórica sobre o Brasil oitocentista – narrativa esta que, como bem ressaltou Renata Pistilli Eberhard, é “uma das primeiras, senão a primeira, escrita em moldes científicos considerados até hoje atuais”²¹.

¹⁹ Ibid., p. 98.

²⁰ Ibid., p. 98.

²¹ Ibid., p. 81.

Capítulo 2: Escrevendo a história Brasil

2.1 A *História do Brasil* em linhas gerais e a perspectiva historicista de Handelman

O historicismo alemão estabeleceu-se no decurso do século XIX, período em que Handelman iniciara seus estudos em história, tal como observado na seção anterior. A perspectiva historicista formada na Alemanha se fez, portanto, presente no modo como esse historiador alemão organizou sua *História do Brasil*; uma breve síntese dessa obra pode dar concretude a essa asserção.

Dividida em dois tomos, a *História do Brasil* compreende uma interpretação do desenvolvimento histórico brasileiro, desde o período em que o país se tornou domínio da coroa portuguesa até meados do século XIX, quando assume a condição de império independente.

A obra, de modo geral, está estruturada em três seções, intituladas, respectivamente, “A luta pela posse do Brasil”, “A colonização do Brasil”, e, “A Constituição política do Brasil”.

Na primeira parte de sua narrativa histórica, o ponto de partida de Handelman é caracterizar a população que habitava o Brasil antes da chegada dos primeiros colonos, população esta a que se refere a “raça indiana” (H1, p. 70). Em seguida, o autor mostra como território brasileiro se tornou posse de Portugal, e como este país, no período que se desdobrou entre os anos de 1500 a 1660, assegurou o domínio sobre o Brasil (H1, p. 229). Tal enredo é sintetizado nos títulos dos capítulos que organizam essa primeira seção, quais sejam: “O descobrimento”, “Os princípios feudais portugueses”, “A coroa de Portugal e a primeira guerra francesa”, “A dominação espanhola e a segunda guerra francesa”, “Os holandeses no Brasil” e, por último, “A insurreição pernambucana”.

Dando sequência a sua narrativa histórica, Handelman apresenta na segunda seção como a colonização do Brasil se estendeu até meados da segunda metade do século XVI, e de que maneira esta com o passar de um século se expandiu pelo interior (H1, p. 229). Nesse contexto, Handelman, ao mostrar como o Brasil se organizou geograficamente, procura assinalar as especificidades do território brasileiro. É nessa parte da *História do Brasil* que se torna possível identificar a primeira e principal característica historicista empregada pelo autor. Antes de analisar de forma mais

detalhada esse aspecto, vale ressaltar que para o historiador alemão Friedrich Meinecke, “a essência do historicismo consiste na substituição de uma visão generalizante das forças histórico-humanas por uma visão individualizante”²². Em outras palavras, um dos pressupostos da ciência histórica alemã, se não um dos seus pilares, repousa na busca pela singularidade dos fatos históricos.

Para Meinecke, a afirmação do historicismo corresponde à substituição de uma visão generalizadora do mundo humano por uma visão individualizadora. Isso implica que uma noção absolutamente central para o historicismo seja a de indivíduo. O historicismo faz com que o olhar tenda antes para o que é individual do que para o que é geral. Interessa-lhe num dado objeto aquilo que singulariza e marca a sua especificidade²³.

É, pois visando compreender as singularidades do Brasil que Handelmann volta seu olhar para o passado brasileiro. A atitude historicista deste historiador é perceptível no próprio modo como ele procurou estruturar a segunda seção da sua *História do Brasil*. Na parte em que trata das capitanias hereditárias, o historiador alemão opta por apresentá-las separadamente. Não é sem propósito, portanto, que esta seção estrutura-se em capítulos cujos títulos fazem referência às capitanias hereditárias, a saber: “A capitania geral de Pernambuco”, “O governo geral da Bahia (vice-reino)”, “A capitania geral do Rio de Janeiro”, “A capitania geral de São Paulo; compreende também “Anexos – Quadros estáticos e relação das colônias estrangeiras” e, a “Formação histórica das fronteiras”. Nesse contexto, é válido transcrever a abertura da segunda seção da *História do Brasil*:

O segundo período da história do Brasil obriga-nos, por essas condições internas, a escolher outro modo de narração. No primeiro período, de um lado, a organização interior e a influência que o governo de Lisboa e o governo geral da Bahia exerceram sobre a colonização e a manutenção das diversas capitanias, de outro lado, as relações exteriores, os ataques ingleses, franceses e holandeses, que sempre abrangem sob seu domínio, ao mesmo tempo, uma grande parte do continente brasileiro e o obrigam a esforços em conjunto, como que conservam à força a unidade na marcha histórica dos acontecimentos. E, onde se torna necessário registrar particularidades históricas [...] (H1, p. 230).

Interessa ao historiador alemão, portanto, retomando a fala de Meinecke, aquilo que singulariza e marca a especificidade do território brasileiro.

Na terceira e última parte de sua obra Handelmann trata da constituição política do Brasil desde meados de 1808 a 1844. É relatado aqui como o país, na condição de

²² MEINECKE, Friedrich. A formação do historicismo: considerações preliminares. In: Jurandir Malerba (org.). **Lições de História: da história científica à crítica da razão metódica no limiar do século XX**. Rio de Janeiro; Porto Alegre: FGV; Edipucrs, 2013, p. 265.

²³ ASSIS, Arthur. Friedrich Meinecke. In: Jurandir Malerba (org.). **Lições de História: da história científica à crítica da razão metódica no limiar do século XX**, Rio de Janeiro; Porto Alegre: FGV; Edipucrs, 2013, p. 259.

estado colonial, se tornou um reino autônomo e, posteriormente, um império independente. Além disso, o historiador alemão descreve como o território brasileiro passou de monarquia absoluta a constitucional, e, por fim, a monarquia federativa (H2, p. 229). Dito isso, a terceira seção divide-se em: “A colônia e o reino absoluto”, “A independência nacional” e a “Continuação e terminação da era da revolução”, este último subdividido em três tópicos nomeados: “A queda do imperador”, “O período de Regência” e, por último, “O estabelecimento da constituição”.

Nessa seção, em que Handelman retoma o passado colonial até chegar ao Brasil do século XIX, o historiador alemão faz transparecer mais uma vez a influência do historicismo alemão. Na interpretação de Arthur Alfaix Assis, “adotar a perspectiva historicista significa aceitar que o mundo presente se encontra em uma conexão indissolúvel com mundos do passado”²⁴. Em consonância com o modelo historicista, Handelman não faz outra coisa senão voltar ao passado do Brasil para compreender o presente desse país, cuja formação, no seu entender, aguardava semelhanças com a nação alemã.

A história de um país que, em seu desenvolvimento e organização, muitas analogias oferecem com a de nossa Pátria; de um povo em que, como o nosso, se observava contraste entre o sentimento da unidade nacional e o particularismo de cada província, merecerá, ao menos, o interesse de todo patriota esclarecido e acostumado a pesquisar no passado a chave da compreensão do presente (H1, p. 61).

Para além dessas três seções, a *História do Brasil* compreende ainda em suas considerações finais, uma análise acerca da imigração para o território brasileiro. Nessa parte, Handelman atenta para o fato de que o sistema imigratório europeu, sobretudo, advindo da Alemanha, era algo imprescindível para o Brasil agrário exportador, haja visto o declínio da mão de obra escravista.

A obra de Handelman sobre a história brasileira remetia, destarte, ao processo pelo qual a ciência histórica se desenvolveu na Alemanha entre o curso dos séculos XVIII e XIX. Tendo como fontes tanto a literatura produzida por viajantes oitocentistas, quanto os documentos oficiais, e lançando mão das “ideias gerais” sugerida pelo alemão Carl Friedrich Philipp Von Martius (1845), Handelman procura narrar os fatos que se desdobraram no decurso de 350 anos da história do Brasil.

²⁴ ASSIS, Arthur. “Friedrich Meinecke”, op. cit., p. 276.

2.2 A influência de Martius

Handelmann reconhece a diversidade da formação histórica e do desenvolvimento das inúmeras províncias brasileiras. Em vista disso, esse historiador, fazendo uso de descrições histórico-geográficas, opta por relatar a colonização dos variados grupos de Estados e de cada um destes individualmente, de modo a abordar na segunda seção de seu livro, “A colonização do Brasil”, em capítulos diferentes, a história do estado do Maranhão, da capitania geral de Pernambuco, do governo geral da Bahia, da capitania geral do Rio de Janeiro, da capitania de São Paulo, por exemplo. (H1, p. 229, 239).

É visando conceituar as particularidades das diversas províncias que Handelmann parece seguir uma das “idéias gerais” propostas por Karl Friedrich Philipp von Martius na sua dissertação intitulada *Como se deve escrever a história do Brasil* (1845). Cumpre destacar de antemão a biografia de Martius, sem a qual não é possível compreender o contexto de sua obra e, tampouco associá-la à narrativa histórica de Handelmann.

Martius nasceu em 1794 na cidade de Erlangen, situada na região da Baviera. Em 1810, ingressou na Universidade de Erlangen como estudante de medicina. Sua carreira acadêmica não se restringiu, contudo, apenas a esse âmbito. Aproximando-se do botânico Johann Christian Daniel von Schreber, Martius entrou em contato também com as ciências naturais, sobretudo, com as disciplinas da área botânica²⁵. Em 1814, no mesmo ano que concluiu seu doutorado em medicina, Martius, sob a orientação de Franz Paula von Schrank, iniciou sua atividade como pesquisador assistente na Academia Real de Ciências de Munique. Dois anos depois, ao ser nomeado pesquisador adjunto da Academia, Martius, além de responsabilizar-se pelas plantas do Jardim Botânico de Munique, passou também a descrevê-las²⁶.

Tal atividade, todavia, foi interrompida em razão da expedição financiada pelo rei da Baviera, Maximiliano I. Com isso, Martius, acompanhado pelo zoólogo Johann Baptiste von Spix, deixou Munique no ano de 1817, em direção ao Brasil com o objetivo de descrever a fauna e flora brasileira. Esse empreendimento científico, no qual Martius analisou também, durante três anos, o valor medicinal das plantas, bem como os costumes e as línguas indígenas, ficou conhecido mais tarde como “missão científica

²⁵ KALTNER, Leonardo Ferreira. Anotações sobre a biografia do naturalista Carl Friedrich Philipp von Martius. **Revista Brasil-Europa: Correspondência Euro-Brasileira** v. 139, 2012.

²⁶ Ibid.

austro-alemã”, cuja principal finalidade consistia em acompanhar D. Leopoldina, que se casaria com D. Pedro I em 1818²⁷.

A atuação de Martius nessa expedição pode ser resumida pelas palavras de José Honório Rodrigues (1956), segundo quem “a expedição austríaca e bávara de 1817 foi a mais frutífera de todas as expedições científicas do século XIX, e Martius nela figurou como a estrela mais evidente e mais iluminadora”²⁸. As observações feitas ao percorrer o centro, o leste, e o nordeste do Brasil, além da Amazônia, chegando até a fronteira do Peru, durante 1817 a 1820, serviram a Martius como base para a elaboração do seu ensaio historiográfico intitulado “Como se deve escrever a história do Brasil”, publicado em 1845 na Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Em 1847, este texto foi premiado no concurso internacional lançado no começo da década pelo IHGB com o objetivo de estimular a elaboração de planos para se escrever a história do Brasil²⁹.

Acerca do projeto escrito por Martius, Manoel Salgado Guimarães menciona que:

[...] é para o texto premiado pelo IHGB que devemos voltar nossas atenções quando quisermos compreender o significado intelectual de von Martius (1845) para se pensar as linhas de uma história do Brasil que almejasse, para além de uma crônica dos fatos desta história, indicar um sentido a organizar esta sucessão de eventos. Em outras palavras, seu texto parece fornecer as pistas que permitirão a elaboração de uma narrativa dotada de um enredo, delineando com isso uma fisionomia própria para a nação em processo de construção e inaugurando assim um olhar distinto sobre as realizações do passado³⁰.

É fato que as propostas sugeridas por Martius formam, destarte, “um conjunto de princípios e diretrizes norteadores de como se pensar uma história nacional no Brasil”³¹. Nesse contexto, cabe ressaltar que uma das propostas sugeridas por Martius não passa despercebida aos olhos de Handelmann. O autor de “Como se deve escrever a história do Brasil” recomenda que seria necessário “tratar conjuntamente daquelas porções do país que, por analogia de sua natureza física, pertencessem umas às outras, ou seja, que se fizessem histórias dos grandes grupos regionais”³². Handelmann, partilhando dessa mesma asserção, relata que:

²⁷ Ibid.

²⁸ RODRIGUES, José Honório. Introdução a Martius, op. cit., pp. 435-436.

²⁹ Ibid, p. 38.

³⁰ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. História e Natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir uma nação. **Hist. Cienc. Saúde - Manguinhos**, v. 7, n. 2, 2000.

³¹ Ibid.

³² RODRIGUES, José Honório. Introdução a Martius, op. cit., p. 439.

[...] é impossível apresentar, numa narração histórica sem descontinuidade, esta diversidade de formação histórica, o desenvolvimento das várias províncias [...] vamos numa série de capítulos monográficos, paralelos, tratar da história individual das diferentes partes do Brasil, cada uma de per si. Assim possamos tornar inteligível como no curso de 200 anos se constituíram das 15 velhas capitânias de então as 20 províncias atuais do Império Brasileiro (H1, p. 230).

Além da ênfase dada à história regional, é possível encontrar outro elemento que aproxima esses dois autores. A ideia de Martius, segundo a qual a história deveria tratar o Brasil como uma federação de províncias, é empregada utilmente na exposição histórica de Handelmann. Voltando ao passado colonial, com o intuito de compreender o estado atual em que o Brasil se encontrava, o historiador alemão organiza sua obra com a finalidade de mostrar como se desenvolveu nesse país uma monarquia federativa. Contudo, é importante ressaltar, nesse contexto, que sua narrativa não se resume tão somente à escrita de uma história meramente política. Segundo Pistilli, “Handelmann parecia querer mostrar através da história do Brasil, como se podia chegar ao regime político que, para ele, era consentâneo para os países onde o particularismo das províncias era marcante: a monarquia, constitucional, federativa”³³. Ao sintetizar, na primeira seção, os primeiros cem anos do processo histórico brasileiro, Handelmann relata que:

O império colonial brasileiro dividia-se não somente em dois grandes Estados, o Brasil propriamente dito, com doze capitânias, e o Maranhão, com três, cada um dos quais possuía um governo completamente distinto e era somente sujeito ao governo da mãe-pátria; mas também cada uma das subdivisões, as capitânias feudais, como as reais, tinha uma administração sua, em quase todos os pontos autônoma. Por esse modo, o desenvolvimento histórico, embora com modificações importantes, conservou o mesmo rumo que havia tomado desde o princípio, a caminho da monarquia federativa (H1, p. 230).

Embora não seja possível afirmar que Handelmann tenha recapitulado totalmente as propostas apresentadas por Martius em “Como se deve escrever a história do Brasil”, é importante assinalar que além de buscar ser “sério e imparcial”, o historiador alemão segue a sugestão de Martius quanto àquilo que deveria prevalecer na escrita de uma História do Brasil³⁴.

Daqui resulta que a obra, a qual não devia exceder a um só forte volume, deverá ser escrita, em um estilo popular, posto que nobre. Deverá satisfazer não menos o coração do que à inteligência; por isso, não devia ser escrita em uma linguagem empolada, nem sobrecarregada de erudição ou de uma multidão de citações estereis. Evitará não menos ter o caráter de uma crônica, do que de investigações históricas, secas e puramente eruditas. Como qualquer história verdadeiramente popular, tendo o país entrado em uma fase que exige um progresso poderoso; por isso, uma história popular do país vem muito a propósito, e possa seu autor, nas muitas conjunturas favoráveis, que o

³³ EBERHARD, Renata Pistilli. 150 anos da História do Brasil, op. cit., p. 100.

³⁴ MATOS, Odilon Nogueira de. Introdução, op. cit., p. 19-20.

Brasil oferece, achar um feliz estímulo para que imprima à sua obra todo o seu amor, todo o zelo patriótico, e aquele fogo poético próprio da juventude, ao mesmo tempo que desenvolva a aplicação e profundidade de juízo e de firmeza de caráter, pertencentes à idade madura e varonil ³⁵.

É perceptível, portanto que, embora Martius tenha sugerido algumas propostas de como se pensar uma história nacional, e Handelman tenha produzido uma narrativa histórica, ao discorrerem sobre um mesmo objeto de estudo, tais autores ao dirigirem seu olhar ao Brasil, convergiram não só pelo fato deste último ter utilizado como fonte a obra de Martius para escrever sobre um país que não visitou, mas também por ambos enfatizarem a história regional e visarem o desfecho dessa nação inserida na história de uma federação de províncias.

³⁵ Ibid., p. 457-458.

Capítulo 3: O estudo do passado e a compreensão do tempo presente: o sentido da história do Brasil para Handelmann

3.1 Os porquês da escolha de um país desconhecido

Ao contrário daqueles alemães que escreveram sobre o Brasil depois de estadias de pesquisa no país, como foi o caso de Johann Baptiste von Spix, Martius, Woldemar Schultz e Friedrich Gertacker, Handelmann escreveu algo em torno de mil páginas acerca da história de um país que nunca visitara. Tal fato nos conduz a perguntar sobre quais foram as principais razões que levaram esse historiador a pesquisar e escrever sobre um país do qual nunca teve conhecimento direto.

Cumprе salientar de antemão que, no século XIX a Alemanha exerceu uma influência menos intensa em relação ao Brasil em comparação com outras nações. Ainda assim, é importante destacar dois dos principais motivos suscitarам o interesse de muitos estudiosos alemães pela história da nação brasileira³⁶, quais sejam: o casamento da arquiduquesa austríaca, Maria Leopoldina, com Pedro I; e a expressiva quantidade de imigrantes alemães que se direcionaram ao sul e sudeste do país. Em vista desse último fato, torna-se possível destacar uma importante razão do interesse de Handelmann por temas brasileiros.

E, se acaso ainda acresce que, nessa história, representa importante papel muitos dentre os personagens eminentes da nossa nacionalidade e da nossa raça; e mais, quando esse país, oferecendo uma nova pátria aos nossos compatriotas levados a emigrar, se reveste para nós de imediato interesse atual e há anos vem sendo objeto de vivos debates nas letras [...] (H1, p. 61).

Ciente de que o Brasil era o país ao qual se dirigia um número considerável de emigrantes que abandonavam os estados alemães, Handelmann busca explicar esse assunto não só nas considerações finais, intitulada “O Brasil e a imigração”, mas também ao longo desenvolvimento de sua *História do Brasil*, sobretudo na segunda seção. E não o faz apenas de modo descritivo, abordando o número dos seus compatriotas e a regiões brasileiras aonde estes se dirigiam, mas também criticando a

³⁶ LISBOA, Karen Macknow. **Mundo novo, mesmo mundo**: viajantes de língua alemã no Brasil (1893-1942). São Paulo: Hucitec, 2011, p. 41.

ineficiência das empresas colonizadoras, e buscando apresentar propostas e sugestões para melhorar as condições do processo de imigração.

Faz-se necessária, com isso, uma contextualização sobre o processo pelo qual se veio a presenciar no Brasil um expressivo fluxo de imigrantes alemães, sobretudo, no século XIX. Uma análise sintética acerca desse assunto possibilitará compreender não só a conjuntura da Alemanha em tal período, mas também a posição de Handelmann frente à condição que esses imigrantes presenciavam nas províncias brasileiras.

Em princípios do século XIX, fez-se sentir na Alemanha, em razão da revolução agrícola e demográfica, uma grande insatisfação por parte dos pequenos camponeses e artesãos, que, por vezes, abandonavam seu país de origem à procura de melhores condições de vida na América³⁷. Entre os países aos quais se direcionavam estas correntes imigratórias no período oitocentista, estava o Brasil. Neste país a questão da imigração europeia relacionava-se intrinsecamente ao problema da escravidão, pois a manutenção do regime escravista tornava irrealizável o crescimento do curso imigratório³⁸. Seguindo essa mesma linha interpretativa, Handelmann não via êxito no trabalho livre quando desempenhado simultaneamente ao trabalho escravo. Para o autor da *História do Brasil*, nas palavras do historiador Odilon Nogueira Matos:

A salvação do Brasil repousa na imigração unicamente espontânea de agricultores livres europeus e são suas condições essenciais a extinção do tráfico de escravos africanos e o estabelecimento de sólido sistema de distribuição das terras a colonizar, juntamente com a generalização do imposto territorial e as devidas garantias legais³⁹.

Com o decréscimo da mão de obra escrava numa economia tipicamente agrário-exportadora, tal como é a do Brasil oitocentista, Handelmann enxergava na imigração alemã uma urgência.

O tempo urge; a imigração não é para o Brasil simples necessidade para o futuro, para maior desenvolvimento da colonização e civilização, mas também uma exigência presente, para a manutenção do estado atual econômico e político e do bem-estar nacional (H2, p. 357).

Considerava ser possível promover, com auxílio do governo, uma mudança econômica no Sul, ao fomentar no lugar das amplas fazendas agrícolas o estabelecimento da pequena lavoura livre, o que facultaria, segundo Handelmann, a inserção da mão de obra escrava nas províncias caracterizadas pelo clima quente (H1, p. 21).

³⁷ LANDO, Aldair Marli et al. **RS: imigração & colonização**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980, p. 13-15.

³⁸ *Ibid.*, p. 11.

³⁹ MATOS, Odilon Nogueira de. Introdução, op. cit., p. 17.

É curioso notar que Caio Prado Júnior (1981), escrevendo oitenta e cinco anos após a primeira publicação da *História do Brasil*, compartilha de uma perspectiva próxima da de Handelman, no que tange ao assunto relatado acima.

Encontrará aí (no Extremo Sul do país) o interesse e o estímulo dos governos locais das províncias, que procurarão solucionar com ele o problema de seus territórios quase desertos, e fomentar com o povoamento as atividades econômicas e as rendas públicas. Para o norte do Brasil a questão não se proporá: esta parte do país nunca receberá uma corrente apreciável de imigrantes europeus, apesar do interesse que muitas vezes se tomou lá pelo assunto. Havia aí o obstáculo do clima, menos atraente para as populações da Europa, bem como de uma situação econômica estacionária, se não decadente⁴⁰.

Ainda sobre esse contexto, cumpre ressaltar que Handelman atenta para o fato do Brasil não usufruir de meios pelos quais tornaria possível gerir uma imigração justa e eficaz, tal como observou Caio Prado Júnior, ao mencionar que:

[...] o problema da imigração européia para o Brasil oferecia grandes dificuldades. Contra ela atuavam vários fatores: o clima tropical desfavorável a colonos europeus (considerado como tal, pelo menos); a organização social e econômica pouco atraente que o país oferecia; o regime político vigente, em que, embora sob a capa de instituições parlamentares, a liberdade mesmo civil era inexistente para a massa da população, mesmo com exclusão dos escravos. Havia ainda as restrições de ordem religiosa que punham sério embaraço à imigração dos países protestantes da Europa, que eram justamente aqueles que forneciam então os maiores contingentes emigratórios. A Alemanha em particular⁴¹.

Em consonância com o supracitado, Handelman, escrevendo antes de Caio Prado Júnior, observou que “um acolhimento mais franco da parte dos brasileiros, mais tolerância no sentido político, religioso e nacional, seria desejável e necessário; o que restaria ainda a desejar, no interesse da imigração, não é menos do interesse do próprio povo brasileiro” (H2, p. 355).

Fora o fato de o Brasil ter sido o país ao qual se direcionou parte significativa dos imigrantes alemães, Handelman, ao apresentar seu projeto intitulado *História da colonização e independência da América*, explicitou que a história do Brasil também lhe chamou a atenção em virtude da numerosa quantidade de escritos produzidos sobre este país.

Circunstâncias estranhas à minha vontade fizeram aparecer esta terceira parte, *História do Brasil*, sensivelmente destacada das duas primeiras histórias dos Estados americanos, de modo a assumir a feição de obra autônoma. Mas essa condição não é de todo destituída de justificação íntima: a superabundância das fontes da matéria histórica e o interesse por ela despertado fizeram que a história do Brasil se desenvolvesse fora da medida

⁴⁰ JÚNIOR, Caio Prado. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 26. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 141.

⁴¹ *Ibid.*, p. 138.

prevista, e tanto avultou, que lhe permitiu fazer jus à existência independente (H1, p. 23).

Cumprido notar, que mesmo não divulgando as bibliotecas as quais consultou repetidas vezes, excetuando a de Hamburgo, e tampouco revelando aqueles que lhe prestaram assistência, Handelmann não deixa de prestar a estes sua gratidão.

Resta-me ainda o dever de assegurar o mais cordial agradecimento às bibliotecas públicas, assim como aos inúmeros colaboradores e amigos, que sobremodo me auxiliaram na composição desta obra com seus subsídios literários, informações e bons conselhos (H1, p. 24).

Cabe mencionar que Dom Pedro II, ao ter conhecimento da temática proposta por Handelmann sobre obra que seria publicada em 1860, tornou acessível a este uma variedade de fontes indispensáveis para produção da *História do Brasil* (MATOS, 1982, p. 19). Ademais, é relevante assinalar que a narrativa de Handelmann se fundamenta em trabalhos de historiadores anteriores, dentre os quais se destacam a *História de Brasil (1810-1819)*, de Robert Southey, e os estudos de Manoel Ayres de Casal, Jean-Ferdinand Denis, Francisco Adolfo de Varnhagen.

Nesse contexto, convém ter em mente a contribuição dos naturalistas e viajantes oitocentistas para o despertar do interesse pela história do Brasil. Não é por acaso que Handelmann lhes faz referências e confere-lhes apreço em sua bibliografia. Isso é sublinhado por Odilon Nogueira de Matos:

Handelmann demonstra conhecer bem esses viajantes que escreveram sobre o país. [...] Ocupam lugar de destaque em sua bibliografia. Os que indica, para o século XIX, são, de fato, os mais significativos: Saint-Hilaire, Martius, Mawe, Gardner, Koster, Kidder, Wallace, entre tantos outros, todos eles autores que souberam “sentir” o Brasil e cujas obras constituem fontes preciosas para o conhecimento do país na época em que seus autores o visitaram. O reflexo de toda essa literatura de viajantes não poderia ser outro senão despertar em historiadores interesse pelo processo histórico de que resultara um país como o que vinha sendo descrito com tanto entusiasmo⁴².

Contudo, não são apenas as duas razões até aqui mencionadas que fizeram com que Handelmann voltasse a sua atenção para história do Brasil. O principal motivo está no desenvolvimento político que inseriu no país uma monarquia federativa⁴³, forma de governo que, na concepção de Handelmann, introduziu no Brasil “sua mais consentânea forma de Estado livre” (H1, p. 61).

Ao analisar o processo histórico que levou o Brasil a se apresentar como uma monarquia federativa, Handelmann observou que esse desenvolvimento aproximava o novo país do estado alemão. Os pontos de proximidade não são vistos por ele como relacionados apenas ao desenvolvimento e organização, mas também em relação ao

⁴² MATOS, Odilon Nogueira de. Introdução, op. cit. p. 15-16.

⁴³ EBERHARD, Renata Pistilli. 150 anos da História do Brasil, op. cit., p. 90.

sentimento do povo quanto à unidade nacional e ao particularismo provincial. Prova disso está na sua dedicatória, direcionada ao Príncipe Adalberto da Prússia

A história de um país que, em seu desenvolvimento e organização, muitas analogias oferecem com a de nossa Pátria; de um povo em que, como nosso, se observava contraste entre o sentimento da unidade nacional e o particularismo de cada província, merecerá, ao menos, o interesse de todo patriota esclarecido e acostumado a pesquisar no passado a chave da compreensão do presente (H1, p. 61).

Observa-se, portanto, que não é sem propósito o fato de Handelmann ter se dedicado a elaborar, no decorrer dos anos de 1854 até 1859, a história de um país que funcionou ora como destino de muitos alemães; ora como objeto de numerosos escritos publicados. Além disso, esse mesmo país podia, em sua opinião, ser tomado como exemplo de um processo histórico, no qual se inseriu a monarquia federativa e que então percorria uma trajetória política algo similar à da Alemanha. A falta de conhecimento direto do Brasil não impossibilitou, destarte, que Handelmann produzisse uma exposição histórica que compreendesse aproximadamente 350 anos da história desse país.

3.2 As raízes coloniais e o futuro do Brasil

Handelmann não objetivou, a princípio, elaborar a história do Brasil como obra única. Seu propósito consistia, antes, em desenvolver uma exposição histórica sobre a colonização e independência dos países americanos, tendo em vista compreender o estado então atual do continente americano. Nesse sentido, Handelmann buscou analisar profundamente o curso do desenvolvimento histórico-político e social das sociedades americanas.

Observando o contexto da *História do Brasil*, infere-se que Handelmann supunha estarem no passado os elementos determinantes para se compreender o presente daquele país. É, portanto, nas origens mais longínquas, as quais indicam as primeiras manifestações da colonização portuguesa, que Handelmann encontra os aspectos condicionantes do desenvolvimento futuro do Brasil. Tal é uma abordagem que se pode chamar de teleológica. Evidencia-se sobretudo no momento em que é descrita a introdução da primeira divisão de terras no Brasil, que ficou conhecida como “capitanias hereditárias”.

Esta primeira organização do Brasil mostra-nos imediatamente, como num espelho, os mais importantes traços característicos do seu futuro

desenvolvimento, as suas vantagens, assim como os seus defeitos, tais quais em parte perduram até a atualidade (H1, p. 99).

Isso posto, é importante mencionar como se estabeleciam os direitos políticos nas capitanias brasileiras. Essa breve contextualização possibilita analisar não só o fim pressuposto por Handelman para a história do Brasil, mas também as etapas apresentadas por ele para esse processo histórico, bem como o curso dos acontecimentos que diferencia a trajetória dos fatos brasileiros e norte-americanos.

Nesse contexto, cumpre notar, em linhas gerais, que a concessão das capitanias hereditárias era caracterizada por uma série de restrições, que implicava questões religiosas e referentes à nacionalidade. Sobre a primeira, é válido destacar que só era reconhecido como colono, autorizado a adquirir de sesmarias, aquele que fosse católico. Mesmo sendo aceita a emigração de católicos estrangeiros, estes só poderiam estabelecer relações comerciais se pagassem, como imposto de importação, dez por cento do valor de suas mercadorias. Além dessa obrigação, não era permitido ainda aos estrangeiros de modo algum comerciar com os indígenas (H1, p. 99). Sobre esse período é interessante acrescentar o que Handelman tem a dizer com relação à situação desses imigrantes no Brasil:

Essa restrição, que colocava o comerciante estrangeiro em tão significativa desvantagem perante o nacional, devia em todos os pontos da costa sob o domínio português, atuar como verdadeira medida proibitiva, e efetivamente desde os fins do século XVI pouco a pouco passou a ser ponto de doutrina do governo lusitano a total exclusão de todos os estrangeiros (H1, p. 99).

É a partir do contexto descrito nos parágrafos acima que as características contemporâneas ao início da colonização são por Handelman identificadas em momentos posteriores. Entre tais características figuram: a intolerância religiosa; a ausência de liberdade para com os estrangeiros; o domínio de imensos latifúndios nas mãos de poucos; a impossibilidade de ação dos próprios municípios, em contraste aos exagerados poderes dos governadores; e, por fim, o inexpressivo poder central no ultramar, que conferiu a cada uma das províncias brasileiras significativa autonomia para se desenvolver sobre a base geral das instituições portuguesas, gerando, desta forma, a formação de uma monarquia meramente federativa (H1, p. 99-100).

Esses aspectos, que para Handelman ainda eram característicos do Brasil de meados do século XIX, são abordados ao longo da sua exposição histórica. Um exemplo interessante é a observação do autor de que a inserção das capitanias hereditárias, primeiro sistema político fixado em terras brasileiras, ter se refletido consideravelmente no desenvolvimento da monarquia federativa, haja vista a distância

entre as capitânicas hereditárias, bem como a administração particular de cada uma destas ter impossibilitado a tentativa de uma centralização geral. É a partir desse desenvolvimento histórico, que, nas palavras de Handelman, o Brasil “embora com modificações importantes, conservou o mesmo rumo que havia tomado desde os princípios, a caminho da monarquia federativa” (H1, p. 99, 100).

Esse fim pressuposto por Handelman acerca da história do Brasil é enfatizado mais uma vez no momento em que é descrito sobre o estabelecimento da organização constitucional. Segundo o autor da *História do Brasil*, “por força do sistema de colonização, pelo desenvolvimento histórico e, finalmente, pela legislação constitucional, tomou o Brasil o caráter de monarquia federativa, e a vida do Estado pulsa, portanto, em duplo círculo, no governo provincial e no império” (H2, p. 329).

Atendo-se, por ora, a uma análise comparativa entre a União Norte-Americana e o Brasil, Handelman destaca que, embora em ambos os casos as incumbências de cada um dos Estados e as da federação atuassem e se complementassem umas ao lado das outras, havia, entretanto, uma distinção quanto à trajetória histórica dos acontecimentos. Sobre esse aspecto, importa ressaltar que:

Na América do Norte, a plena soberania de cada um dos Estados foi a origem e somente pela renúncia, que fizeram de certos direitos, é que o Estado federativo foi dotado de poderes; no Brasil, ao contrário, o governo do império compreendia primitivamente tudo na sua exclusiva esfera (primeiro, o soberano absoluto, depois, desde a nova ordem constitucional, o mesmo com a cooperação da assembléia geral), somente mais tarde é que passaram especialmente às províncias certas competências para sua plena autonomia (H2, p.330).

O autor revela, destarte, que em razão do processo histórico, não foi possível às províncias brasileiras manter total independência de cada Estado, tal como ocorreu na América do Norte. No Brasil, complementa Handelman, “um tal propósito só poderia ser considerado, em face do direito público, como alta traição e rebeldia” (H2, 330).

Para além dessa questão acerca da formação do Brasil numa monarquia federativa e sua diferença com a trajetória norte-americana, verifica-se outro aspecto que remonta também às primeiras manifestações da colonização portuguesa, qual seja: o domínio de imensos latifúndios nas mãos de poucos, situação que se faz presente no Brasil oitocentista. Conforme Handelman, “os grandes possuidores de terras são em todo o desenvolvimento histórico do país o elemento dominante, propriamente impulsionador” (H1, 294). Para ratificar tal asserção basta citar, a título de ilustração, o caso do Rio de Janeiro. Narrando a formação social dessa província, não passa despercebido aos olhos de Handelman o fato da diminuta aristocracia de fazendeiros se

apropriar de uma extensa quantidade de terras. Tal posicionamento é considerado por Handermann como um “cioso capricho de soberania”, haja vista não ser do agrado desses proprietários a renúncia da posse sobre essas terras, mesmo quando incapazes de sozinhos obterem a utilidade delas (H2, p. 16).

Essa perspectiva de Handermann é compartilhada por Odilon Nogueira de Matos na introdução feita a *História do Brasil*. Nas palavras desse historiador brasileiro, “esse binômio – pequena aristocracia de proprietários e uma grande massa de povo sem propriedades – constitui, por assim dizer, a dominante de nossa história social”⁴⁴. É voltando, destarte, seu olhar para a América Portuguesa, mais especificamente, para o primeiro sistema administrativo inserido por Portugal em terras brasileiras, que Handermann compreende as principais características políticas, econômicas e sociais do Brasil oitocentista.

⁴⁴ MATOS, Odilon Nogueira de. Introdução, op. cit., p. 18.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho propôs uma análise do modo pelo qual Handelmann interpretou a história do Brasil. Observou-se, a partir do panorama historiográfico que o autor da *História do Brasil* presenciou no século XIX, e com base na leitura da obra *A formação do historicismo: considerações preliminares* do autor Friedrich Meinecke, que Handelmann, ao destacar as singularidades do território brasileiro e ao direcionar seu olhar para o passado do Brasil com o propósito de compreender o presente deste país, fez uso da perspectiva historicista.

Conquanto não tivesse conhecimento direto deste país, notou-se que não foi sem propósito o fato do autor da *História do Brasil* ter se dedicado a elaborar a história de um território que funcionou ora como destino de muitos alemães; ora como objeto de numerosos escritos publicados; ora como o exemplo de um processo histórico, no qual se inseriu a monarquia federativa. Essa forma de governo, bem como outros aspectos do Brasil oitocentista, é por ele vista como resultado das primeiras manifestações da colonização portuguesa, o que corrobora o fato de Handelmann analisar a história da nação brasileira como um processo teleológico, no qual o curso da colonização determinou a conjuntura então atual do país. O sentido da *História do Brasil* desenvolvida por ele repousa, portanto, em analisar primeiramente a época em que Portugal exercia domínio sobre o Brasil até chegar a meados do século XIX.

Conclui-se, destarte, que a obra de Handelmann ilustra a ideia de que se faz necessário recorrer ao passado para se compreender o presente. O sentido da colonização é, pois, o princípio para a interpretação desse historiador sobre a história do Brasil. É a partir da exposição sobre aproximadamente 350 do processo histórico brasileiro – na qual não é realçada apenas a formação política desse país, mas também as particularidades do desenvolvimento das províncias, além da relação entre as atividades econômicas e a estrutura social – que a obra de Handelmann contribui expressivamente para a historiografia que tem como objeto a análise da história do Brasil nos séculos que se estendem desde o início da colonização até meados do século XIX.

BIBLIOGRAFIA

Fontes primárias

HANDELMANN, Gottfried Heinrich. **História do Brasil**, v. 1. Tradução brasileira do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; introdução e notas de Odilon Nogueira de Matos; notas de Basílio Magalhães. 2. Ed. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1978 (H1).

HANDELMANN, Gottfried Heinrich. **História do Brasil**, v. 2. Tradução Lúcia Furquim Lahmeyer; revisão Bertoldo Klinger; anotada por Basílio Magalhães e Odilon Nogueira de Matos; introdução Odilon Nogueira de Matos. 4ª. Ed.,-Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1982 (H2).

MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Como se deve escrever a história do Brasil.. **Revista de Historia de América**, n. 42, 1956, p. 433-458.

Fontes secundárias

ASSIS, Arthur. Friedrich Meinecke. In: In: Jurandir Malerba (org.). **Lições de História: da história científica à crítica da razão metódica no limiar do século XX**, Rio de Janeiro; Porto Alegre: FGV; Edipucrs, 2013, p. 247-262.

CANSTATT, Oscar. **Repertório crítico da literatura teuto-brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Presença, 1967.

CORREA, Sílvio Marcus de Souza. Narrativas sobre o Brasil alemão ou a Alemanha brasileira: etnicidade e alteridade por meio da literatura de viagem. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 12, n. 21/22, p. 248, 2005.

EBERHARD, Renata Maria Pistilli. 150 anos da História do Brasil de Heinrich Gottfried Handelman - algumas considerações sobre o autor e sua obra. **Jahrbuch - Institut Martius-Staden**, v. 58, p. 81-102, 2011.

_____. Sobre tradição e inovação na ciência histórica alemã: entrevista com Ulrich Muhlack. **História da Historiografia**, n. 12, 2013.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Entre as luzes e o Romantismo: as tensões da escrita da história no Brasil oitocentista. In: Manoel Luiz Salgado Guimarães (org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, p. 68-85.

_____. História e natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação. **Hist. cienc. saúde-Manguinhos**, v. 7, n. 2, 2000.

INWOOD, Michael. **Dicionário Hegel**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997.

JÚNIOR, Caio Prado. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 26. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

KALTNER, Leonardo Ferreira. Anotações sobre a biografia do naturalista Carl Friedrich Philipp von Martius. **Revista Brasil-Europa: Correspondência Euro-Brasileira**, v.139, 2012.

LANDO, Aldair, Marli et al. **RS: imigração & colonização**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980.

LISBOA, Karen Macknow. **Mundo novo, mesmo mundo: viajantes de língua alemã no Brasil (1893-1942)**. São Paulo: Hucitec, 2011.

MATOS, Odilon Nogueira de. Introdução. In: Handelmann, Gottfried Heinrich. **História do Brasil**. 4^a. ed., Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1982, p.11-20.

MEINECKE, Friedrich. A formação do historicismo: considerações preliminares. In: Jurandir Malerba (org.). **Lições de História: da história científica à crítica da razão metódica no limiar do século XX**. Rio de Janeiro; Porto Alegre: FGV; Edipucrs, 2013, p. 263-271.

RIBEIRO, João. Bilhetes do Rio – O grande Handelmann. **A Gazeta**, São Paulo, 15 fev, 1950.

RODRIGUES, José Honório. Introdução a Martius. **Revista de História de América**, n. 42, p. 433-441, 1956.

SODRÉ, Nelson Werneck. **O que se deve ler para conhecer o Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

